

ALIU SOARES CASSAMA

BANCA

NA GUINÉ-BISSAU



EDIÇÕES SÍLABO

BANCA

NA GUINÉ-BISSAU

Aliu Soares Cassamá

Revisão Científica:

Professora Doutora

SANDRA CRISTINA RIBEIRO

Docente Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)

Investigadora Integrada no OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores da UAL

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro.

As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos.

O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede

www.silabo.pt

FICHA TÉCNICA

Título: Banca na Guiné-Bissau

Autor: Aliu Soares Cassamá

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, fevereiro de 2020

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 466992/20

ISBN: 978-989-561-043-3



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Telf.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Prefácio	11
Introdução	17
CAPÍTULO 1	
<hr/>	
A economia guineense e sua necessidade de diversificação	19
CAPÍTULO 2	
<hr/>	
O sistema bancário guineense	25
2.1. Caracterização do sistema bancário guineense	25
2.1.1. Antecedentes da UEMOA/CEDEAO	27
2.1.2. Antecedentes da União Monetária	31
2.2. Microfinança e microcrédito na Guiné-Bissau	32
2.3. Banca e as dificuldades de financiamento das micro, pequenas e médias empresas na Guiné-Bissau	34
2.3.1. Caracterização dos bancos guineenses	40
2.3.1.1. Banco da África Ocidental (BAO)	40
2.3.1.2. Banco Regional de Solidariedade (BRS) e sua fusão e aquisição por grupo Orabank	41
2.3.1.3. Banco Orabank	42
2.3.1.4. Banco Atlantique	43
2.3.1.5. Ecobank	43
2.3.1.6. Banco da União (BDU)	44

CAPÍTULO 3

Marcos históricos do sistema bancário guineense	47
3.1. Resgate aos dois bancos da Guiné-Bissau: Banco da África Ocidental (BAO), e o Banco da União (BDU)	47
3.2. Pedido de ajuda do Banco da União da Guiné-Bissau (BDU) ao Presidente da República da Guiné-Bissau para evitar o encerramento	56
3.3. Auscultação ao então Ministro da Economia e Finanças Dr. Geraldo Martins sobre a problemática do resgate	57
3.4. Análise do economista e planificador financeiro no Banco Royal do Canadá, Lassana Mané, sobre o resgate dos dois bancos comerciais (Banco da África Ocidental, e o Banco da União)	60

CAPÍTULO 4

Sistema financeiro guineense	65
4.1. Breve resenha histórica do sistema bancário guineense	65
4.2. Caracterização do sistema financeiro guineense	67
4.3. Desenvolvimento de créditos recentes	70
4.3. Auscultação à presidente da Associação Profissional de Bancos e Estabelecimentos Financeiros da Guiné-Bissau (APBEF)	77
4.4. Caracterização do sistema financeiro da União	79
4.4.1. Características do sistema financeiro da União	81
4.4.2. Setor bancário da União Monetária Oeste Africano (UEMOA)	82

CAPÍTULO 5

Implementação dos Acordos de Basileia II e III na zona UEMOA

5.1. Acordo de Basileia I	91
5.1.1. Risco de crédito	92
5.1.2. Limitações de Basileia I	93
5.2. Acordo de Basileia II	94
5.2.1. Alterações das medidas já existentes	95
5.3. Novas medidas da Basileia III	96
5.4. Basileia II em África	100
5.4.1. Dispositivo prudencial (zona UEMOA e CEMAC): uma adaptação lenta	100
5.4.2. Os impactos da Basileia II/III na atividade dos bancos	101
5.4.3. Melhor gerir o risco de crédito, e o risco operacional	101

CAPÍTULO 6

Partilha de experiências vividas na banca guineense

6.1. Experiência no departamento de auditoria/controlo interno	103
6.1.1. Regulamentação bancária	104
6.1.2. Características do controlo interno bancário	105
6.1.3. Tipos de controlo	107
6.1.4. Atores do controlo interno do banco	108
6.2. Experiência no serviço de tesouraria	113
6.2.1. Gestão da liquidez	113
6.2.2. Repartição de fundos	114
6.2.3. Analisar os rácios	115
6.2.4. Seguimento das taxas de juros	118
6.2.5. Avaliação dos ativos de riscos	118

6.2.6. Reservas e liquidez	118
6.2.7. Teste de tensão de liquidez (<i>stress test</i>)	124
6.2.8. Comité da Política Monetária do Banco Central dos Estados da África Ocidental (CPM)	124
6.2.9. Títulos (Bilhetes de Tesouro, Obrigações de Tesouro)	127
6.2.10. Os grandes riscos bancários	128
6.2.11. Função de gestão de riscos, tipologias de risco e respetivo controlo/gestão	129
6.2.12. Comité de ativos e passivos (ALCO)	136
6.2.13. Plano de contingência para o risco de liquidez	145

CAPÍTULO 7

Retrato das operações bancárias correntes	147
7.1. Cheque	147
7.2. Operações de compensação	150
7.3. Operação de cheques visados	151
7.4. Operação de caixa depósito	152
7.5. Operação de levantamento na caixa	153
7.6. Operação de venda de divisa	154
7.7. Operação de compra de divisas	154
7.8. Operação do depósito a prazo	155
7.9. Operação do empréstimo	156
7.10. O crédito bancário	156
7.11. A cedência de crédito (<i>factoring</i>)	160
7.12. A locação financeira	160
7.13. O crédito quanto à sua finalidade	161
7.13.1. Crédito a empresas	161
7.13.2. Crédito a particulares	165

7.14. Os tipos de operações de crédito	166
7.14.1. Crédito por desembolso	166
7.14.2. Crédito por assinatura	168
7.15. O risco de crédito e a rendibilidade	170
7.16. A cobertura dos riscos	172
7.17. Operação de transferências emitidas	173
7.18. O mercado de câmbio	174
7.19. Operações documentárias	177
7.19.1. Remessa documentária	177
7.19.2. Crédito documentário	177
Notas finais	179
Bibliografia	189

Prefácio

Ao ser convidado pelo Autor, Aliu Soares Cassamá, para escrever o prefácio do seu livro cujo título versa sobre o Sistema Bancário da Guiné-Bissau, não hesitei em aceitar, pois, ao longo dos quarenta anos de atividade profissional exercida na Banca, senti que era uma obrigação deixar estas linhas para enfatizar o valor desta obra.

Quanto ao livro em si, para além da abordagem dos aspetos que caracterizam o sistema financeiro da Guiné-Bissau, contém informações relacionadas com o sistema financeiro a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e, ainda, traz algumas matérias internacionais ligadas com a regulação bancária.

Apresenta a situação de cada um dos bancos que integra o sistema financeiro guineense e, ainda, de outras instituições financeiras nomeadamente as da microfinanças. Também salienta a inoperância de outros estabelecimentos financeiros que poderiam contribuir para o financiamento dos agentes económicos.

A obra para mim, além de ter a utilidade de informar corretamente o público, sobre uma matéria particularmente sensível do mundo financeiro, pode ainda, servir de manual para o ensino universitário e formação de um público-alvo que carece de literacia financeira.

O livro está dividido em sete capítulos sendo os seguintes:

Capítulo 1

Faz abordagem à economia guineense em geral e, particularmente, sobre a necessidade da sua diversificação, com destaque para o setor produtivo (agricultura) onde a autossuficiência alimentar deve constituir o objetivo primordial. A questão do equilíbrio orçamental, a oferta de

empregos, a aposta na indústria do turismo, não escaparam a análise do Autor.

Mostrou neste capítulo, os desafios com que se tem debatido a economia guineense ao longo de todo o período pós-independência, com vista a sua estruturação/reestruturação.

Apesar de alguns passos positivos que foram dados, muitas vezes em períodos de Programa com o FMI, até agora subsistem desafios sérios para inverter a situação da pobreza que reina no seio da população guineense, devendo por isso, serem implementadas medidas que assegurem um crescimento económico robusto e sustentável a longo prazo.

O Autor conseguiu identificar os desafios mais prementes para alavancar a economia guineense nomeadamente, a necessidade de diversificação do setor produtivo, melhoria do desempenho das finanças públicas, a criação de um bom ambiente de negócios que favoreça a emergência e desenvolvimento do setor empresarial privado nacional.

Capítulo 2

Neste capítulo o Autor debruça-se sobre o sistema bancário guineense trazendo à luz nomeadamente, a caracterização dos bancos que o integra, a sua dispersão geográfica e a sua fraca taxa de penetração (segundo o autor ronda 12%). Enfatiza o problema dos riscos que envolvem o mercado financeiro guineense e a exposição dos bancos face a esses riscos.

O Autor particulariza o problema do risco de crédito na Guiné-Bissau, e os fatores que o explica, e ainda, sobre a má distribuição do crédito entre os vários setores da economia nacional. Realça, a título de exemplo, a preponderância do crédito ao setor terciário em detrimento do setor primário que deveria ser privilegiado por contribuir com a maior do Produto Interno Bruto (PIB).

A situação do financiamento às pequenas e médias empresas (PME) não escapou a sua análise crítica, apontando as dificuldades que estas empresas enfrentam para ter acesso ao crédito bancário, entretanto, muitas vezes por falta de projetos bancáveis. E, deixa um conjunto de sugestões para a saída deste ciclo, nomeadamente através da criação de uma Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação e, também, a

necessidade das PME melhorarem a sua organização para melhor poder negociar com a banca.

Apesar de muito sucintamente, faz uma abordagem da situação das instituições de microfinanças na Guiné-Bissau, e mostra a sua pouca influência no financiamento à economia.

O Autor abre um parêntese para falar da União Monetária Oeste Africana (UMOA), onde a Guiné-Bissau se encontra integrada desde 02 de maio de 1997, fornecendo informações que caracterizam essa União, desde a sua fundação e evolução que culminou com a criação da União Económica e Monetária (UEMOA).

Capítulo 3

O Autor dedicou um capítulo à «polémica» questão do resgate aos bancos (BAO e BDU). Na sua abordagem, referiu que se trata de um marco histórico para o sistema bancário, por isso, ao escrever um livro sobre o sistema financeiro guineense, entendeu por bem, trazer à luz dos leitores os elementos que ele considera de essenciais para a compreensão da problemática da referida operação.

Realçou o posicionamento do Fundo Monetário Internacional e dos demais parceiros tradicionais de cooperação financeira da Guiné-Bissau face à referida operação, sobretudo porque decidiram congelar as ajudas prometidas, enquanto o Fundo optou por suspender o Programa que tinha estabelecido com o nosso País. Todas estas instituições exigiram a anulação da operação como condição *sine qua non* para retomarem os apoios ao Estado guineense.

Em seguida, o Autor inseriu três elementos para apreciação dos leitores sendo, um relacionado com o pedido de apoio do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Mali, principal acionista do BDU, para a intervenção do Governo com vista a evitar o encerramento do referido banco. Um segundo elemento é a entrevista que o autor fez ao ex-Ministro da Economia e Finanças que estava em funções na altura em que foi efetivada a operação de resgate dos dois bancos. E, um terceiro e último elemento, se trata de um artigo de análise feito por um economista guineense a residir no Canadá.

Para finalizar o capítulo, o Autor fez a sua própria análise das consequências desta operação de grande importância nas relações de cooperação entre o Estado guineense, o FMI e outros parceiros de desenvolvimento e, ainda, dos bancos com a Comissão Bancária da UMOA.

Capítulo 4

Este capítulo complementa com o Capítulo 2, pois continua a analisar a problemática do sistema financeiro guineense e o sistema financeiro da UMOA. Insere uma entrevista realizada com a Presidente da Associação Profissional dos Bancos e Estabelecimentos Financeiros (APBEF) sobre a sua apreciação do sistema financeiro guineense.

O Autor faz uma análise objetiva do desenvolvimento recente do crédito, nomeadamente dos obstáculos ao aprofundamento financeiro, a opção dos bancos pelo crédito de curto prazo, o nível relativamente baixo do crédito à economia em comparação com outras economias, a segregação dos beneficiários do crédito, factos que não deixam de constituir motivos de preocupações, tendo em conta as recentes medidas tomadas pelas autoridades da União para promover o desenvolvimento financeiro, nomeadamente o refinanciamento pelo BCEAO dos créditos outorgados às PME, a criação do Bureau de informação de crédito (BIC) e instituição de Fundo de Garantia de Depósitos.

Demonstra que, atendendo que o rácio de crédito à economia se situa na ordem dos 13,6% do PIB, sendo ainda baixo quando comparado com a média da União (17,8%) e do resto dos países da África subsaariana (22,1%) e, sabendo o papel que o crédito desempenha no crescimento económico, conclui que a Guiné-Bissau carece de aprofundamento financeiro, bem como de melhorar a oferta de serviços bancários (os nossos bancos ainda não oferecem certos serviços ligados com o crédito, por exemplo os cartões de crédito).

O Autor aponta as dificuldades que devem ser supridas, quer pela banca quer por outras entidades (incluindo o Estado), para que o crédito bancário seja uma realidade no nosso País nomeadamente, a aposta na literacia financeira da nossa população, implementação de medidas que permitam aumentar a taxa de bancarização, melhoria no setor da Justiça (tribunais), sobretudo na resolução de diferendos entre os bancos e seus

clientes. Outros entraves apontados que limitam o desenvolvimento do setor bancário, prendem-se com as limitações no fornecimento público de energia elétrica, falta de infraestruturas rodoviárias e o custo dos serviços das telecomunicações. Todos esses fatores contribuem para o encarecimento dos serviços bancários e limitação de sua expansão.

O Autor conseguiu ainda, neste capítulo, alargar a sua análise ao sistema financeiro da União, trazendo à luz, dados estatísticos importantes e recentes, a caracterização deste sistema, a sua composição, o peso dos grupos bancários que o compõe e realça a preferência dos bancos para os financiamentos de curto prazo às grandes empresas e, da dívida pública dos Estados.

Capítulo 5

Como referi atrás, este livro, apesar de se dedicar ao sistema financeiro guineense e da União, mergulha, com certa profundidade, sobre outras questões técnicas que preocupam os operadores do sistema financeiro. Neste capítulo, encontra-se bem tratada a questão de estabilidade financeira dos bancos que passa, sobretudo, por uma boa gestão dos diversos riscos a que estão expostos nas suas atividades e como esses riscos devem ser geridos e controlados. E, ele aponta, para esse efeito, o recurso às convenções internacionais que tratam dessa matéria. Aliás, mesmo os órgãos de supervisão bancária, fazem destes instrumentos normativos conhecidos por Acordos de Basileia I, II, III, o seu recurso para exercer o controlo aos bancos.

O Autor apresenta com detalhes o conteúdo desses Acordos de Basileia que foram conhecendo modificações à medida que vão aparecendo necessidades de serem revistos para melhor responderem às necessidades de um controlo eficaz. De facto, continuam a surgir novas e complexas operações bancárias, resultantes de novos instrumentos financeiros, à medida que as economias vão-se modernizando à escala mundial. Aliás, a questão do reforço de controlo dos bancos e da estabilidade do sistema financeiro, tornou-se mais que premente, depois de ter despoletado em 2008 a crise financeira mundial.

De facto, para serem considerados saudáveis, os bancos são obrigados a adequarem os seus capitais às suas necessidades de funcionamento,

minimizando o risco de falência e evitar o efeito de contágio no sistema financeiro, tanto do País como a nível regional/internacional.

Capítulos 6 e 7

No Capítulo 6, o Autor partilha a sua experiência profissional adquirida na banca, ao longo de dez anos, nas áreas de Auditoria e Controlo Interno e da Tesouraria. Em relação a área de controlo, faz uma boa descrição do Sistema de Controlo Interno de um banco e do controlo em geral e, faz uma boa abordagem da gestão de riscos. Também, realça na sua análise o papel da Comissão Bancária da UMOA, a sua organização e atividade.

E, no Capítulo 7, apresenta um conjunto de operações bancárias mais comuns, nomeadamente o saque numa conta por meio de cheque, passando por operações mais complexas, tais como as ligadas com o crédito e compra/venda de divisas. Esforçou-se para demonstrar a contabilização das mesmas de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Contas para o setor bancário (PCB), parte que considero muito didático, fazendo deste livro, repito, um bom manual para os agentes bancários.

Notas finais

Para fechar o livro, e com o objetivo de enriquecer esta obra, sugeri ao Autor para inserir, ainda que de uma forma resumida, mais informações sobre o Sistema Financeiro da Guiné-Bissau, recuando no seu passado. Ao que ele acedeu e, penso que, com essas informações, o livro torna-se mais completo e mais interessante para os leitores/utilizadores.

João Aladje Mamadu Fadia

Ex-Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Ex-Ministro da Economia e Finanças da Guiné-Bissau

Introdução

O banco é uma instituição financeira que, por um lado, administra o dinheiro que os seus clientes deixam em custódia, e por outro, utiliza este para emprestar a outros indivíduos ou empresas aplicando-lhes juros. Esta é uma das mais variadas formas de fazer negócio, realizar valor e aplicar dinheiro nos seus cofres.

A atividade do banco consiste em coletar os fundos que são mobilizados sob várias formas (para a concessão do crédito por exemplo) permitindo, também, o financiamento da economia.

Hoje estes serviços são fornecidos por uma rede de instituições financeiras, como os bancos, que têm estatuto comercial. Os bancos clássicos e as instituições financeiras especializadas estão sob controlo da autoridade de tutela que é o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

O Mundo evoluiu, depois desta definição ou esta origem, podemos afirmar que, sobretudo hoje em dia, com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da comunicação que têm contribuído numa nova visão e, até, da execução da própria prestação de serviço.

Mais, na realidade a palavra banca, como iremos ver mais à frente, não está ligada somente em matéria do dinheiro. Podemos dar um exemplo sobre bases de dados que representam uma coleção de informações tratadas pelo computador, memorizadas e que podem ser solicitadas a grandes distâncias ou em linha.

Recorda-se que os bancos devem estar no primeiro plano no que diz respeito ao financiamento da economia.

O Financiamento da economia necessita de capitais importantes porque as empresas necessitam fazer face a diversos tipos de despesas tais como financiar os seus investimentos, as compras de matérias-primas, assim como as despesas de exploração. Desta forma, diferentes agentes

económicos têm diferentes necessidades de capitais para financiar as suas despesas e fazer face às suas atividades.

Todos os agentes económicos não têm necessidade de capitais, quer isto dizer, as designadas de necessidades de financiamento. Alguns dispõem de uma poupança superior aos seus investimentos e registam, assim, capacidade de financiamento.

O Estado conheceu, depois de alguns anos, uma necessidade de financiamento importante para superar os défices orçamentais. Não obstante estes aspetos técnicos são igualmente tomadas em conta para o setor bancário. Esta relação como o setor bancário será abordada ao longo da obra.

Capítulo 1

A economia guineense e sua necessidade de diversificação

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, que depende, essencialmente, de uma só *commoditie* que é a castanha de caju.

A cultura de castanha de Caju aumentou consideravelmente nos últimos anos e fez com que o país alcançasse o sexto lugar no *ranking* de produção do Caju. Esta atividade é que proporciona maior rendimento às famílias e comunidades rurais e é o produto mais exportado. E por isso, o desempenho deste setor determina a situação económica global das zonas rurais do país, bem como da sua segurança alimentar. A Guiné-Bissau exporta peixe e mariscos, pequenas quantidades de amendoins, semente de palma e madeira. O arroz é a principal colheita e o alimento mais importante para a população guineense.

A luta intermitente entre tropas do governo e uma junta militar destruiu a maior parte da infraestrutura do país e causou um grande dano à economia em 1998. A guerra civil levou à queda de 28 por cento do PIB naquele ano, com a recuperação parcial em 1999-2002. Antes da guerra, a reforma comercial e a liberalização dos preços foram as partes mais

prósperas do programa de ajustamento estrutural do país, no âmbito do apoio por parte do Fundo Monetário Internacional.

O aperto da política monetária e o desenvolvimento do setor privado também tinha começado a fortalecer a economia. O desenvolvimento do petróleo, o fosfato e outros recursos minerais não se assumiam como soluções de desenvolvimento a curto prazo.

A desigualdade na distribuição do rendimento é uma das mais extremas do mundo. De acordo com o Banco Mundial 69,3% da população vive abaixo do limiar da pobreza.

Atualmente, as perspetivas económicas permanecem favoráveis, não obstante alguns riscos que possam existir para um bom crescimento do país. Assim, este ano prevê-se um crescimento de 5,3% com a continuação das atividades económicas e exportações.

Os riscos de contração da economia incluem a falta de progressos em reformas, como no setor bancário. As outras ameaças são o enfraquecimento do apoio dos parceiros de desenvolvimento e as pressões sobre as despesas, na sequência de crises económicas.

Alguns países, habitualmente os menos avançados, limitam-se apenas a comercializar matéria-prima, já os países mais avançados se estiverem imbuídos com recursos naturais, na sua maioria a comercialização é feita na base da transformação de tais recursos ou, melhor, matéria-prima. Precisamente aqui reside, uma importante, diferença da riqueza entre as nações.

Diversificação económica não só traz uma variada gama de produtos a serem produzidos como também a transformação de matéria-prima nos seus derivados e novos produtos, trazendo assim um acréscimo no valor original da matéria-prima.

A Guiné-Bissau é um país com muitos recursos naturais e se nos basearmos de acordo com a teoria da economia internacional de Heckscher-Ohlin, «a produção e comércio internacional é realizado na base da dotação de recursos», deveríamos concluir que a Guiné-Bissau deveria ser um país comercialmente rico. No entanto, é de salientar que esta mesma teoria não leva em consideração a transformação de tais recursos para obtenção de valor acrescentado.

BANCA

NA GUINÉ-BISSAU

“ Ao ser convidado pelo autor, Aliu Soares Cassamá, para escrever o prefácio do seu livro cujo título versa sobre o Sistema Bancário da Guiné-Bissau, não hesitei em aceitar, pois, ao longo dos quarenta anos de atividade profissional exercida na Banca, senti que era uma obrigação deixar estas linhas para enfatizar o valor desta obra.

Quanto ao livro em si, para além da abordagem dos aspetos que caracterizam o sistema financeiro da Guiné-Bissau, contém informações relacionadas com o sistema financeiro a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e, ainda, traz algumas matérias internacionais ligadas com a regulação bancária. Apresenta a situação de cada um dos bancos que integra o sistema financeiro guineense e, ainda, de outras instituições financeiras nomeadamente as da microfinanças. Também salienta a inoperância de outros estabelecimentos financeiros que poderiam contribuir para o financiamento dos agentes económicos.

A obra para mim, além de ter a utilidade de informar corretamente o público, sobre uma matéria particularmente sensível do mundo financeiro, pode ainda, servir de manual para o ensino universitário e formação de um público-alvo que carece de literacia financeira. ”

In Prefácio

João Aladje Mamadu Fadia

Ex-Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Ex-Ministro da Economia e Finanças da Guiné-Bissau

